



11/02/2014

CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 021/2014

MODALIDADE: PREGÃO

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Processo Administrativo: 0292/2014

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68

Contratado: **FACIL PAPELARIA E ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.278.254/0001-55, sediada na Rua General Quintino Bocaiva, 506 B, Centro, Itaguaí/RJ, neste ato representado por **Sebastião Pereira Neto**, portador da Carteira de Identidade nº 10014266-0 IFP/RJ, inscrito no CPF nº 038.655.787-05.

Nos termos da proposta da **FACIL PAPELARIA E ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA.**, estabelecemos Contrato de Contratação de empresa para manutenção de equipamentos reprográficos para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, do município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 021/14, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em 24/07/2014, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa para manutenção de equipamentos reprográficos descrito na nota de empenho 684/2014, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo, na proposta vencedora e Termo de Referência, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Descrição dos empenhos:



• Empenho nº. 684/2014

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1,00	un	282185 - LOCAÇÃO DE 21 EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS MULTIFUNCIONAIS, DIGITAIS, NOVOS, SEM USO, NÃO RECONDICIONADOS E EM LINHA DE PRODUÇÃO, INCLUINDO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUSIVE COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E FORNECIMENTO DE TODOS OS SUPRIMENTOS (TAIS COMO TONER, CARTUCHOS, FOTORRECEPTORES E ETC.), NECESSÁRIOS À OPERAÇÃO DOS MESMOS (EXCETUANDO-SE PAPEL E GRAMPOS), PARA ATENDER ÀS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, SENDO 10 EQUIPAMENTOS COM FRANQUIA MENSAL MÍNIMA DE 3.000 CÓPIAS E/OU IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, PODENDO CHEGAR, EXCEPCIONALMENTE, AO MÁXIMO DE 4.000 CÓPIAS E/OU IMPRESSÕES MENSAIS, MEDIANTE JUSTIFICATIVA DO RESPONSÁVEL DA UNIDADE BENEFICIADA, E 11 EQUIPAMENTOS COM FRANQUIA MENSAL MÍNIMA DE 1.500 CÓPIAS E/OU IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, PODENDO CHEGAR, EXCEPCIONALMENTE, AO MÁXIMO DE 2.000 CÓPIAS E/OU IMPRESSÕES MENSAIS, MEDIANTE JUSTIFICATIVA DO RESPONSÁVEL DA UNIDADE BENEFICIADA. O FATURAMENTO SERÁ MENSAL, MEDIANTE NÚMERO EFETIVO DE CÓPIAS E/OU IMPRESSÕES EXECUTADAS NO MÊS. NO CASO DE CONSUMO MENSAL INFERIOR AO LIMITE MÍNIMO APONTADO, O QUANTITATIVO NÃO EXECUTADO PODERÁ SER UTILIZADO NOS MESES SUBSEQUENTES, DESDE QUE JUSTIFICADA SUA ESSENCIALIDADE.	33.120,0000	33.120,00

Recurso: 4 - SALARIO EDUCAÇÃO / PAO: 2033 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL

33.120,00

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, do município de Paracambi, constituindo o valor total de R\$ 33.120,00 (Trinta e Três mil, cento e vinte reais).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{36} \quad I = 0,00016438$

36

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2014, no programa de trabalho:

- 319-12.01.12.361.0021.2033.339039120000000 - Locação de Máquinas e equipamentos - Secretaria Municipal de Educação e Esporte, conforme nota de empenho nº 684/2014, valor R\$ 33.120,00.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste termo de contrato perdura para o exercício de 2014, com início em 24/07/2014 e término em 31/12/2014, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;



4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 021/2014;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº 021/2014;

4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente



contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;



6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, se assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições



contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Códigos de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

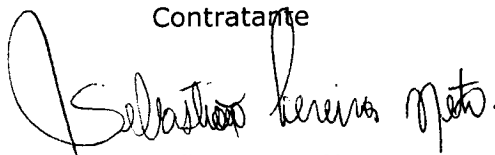
Paracambi/RJ, 29 de Julho de 2014.



Tarciso Gonçalves Pessoa

Município de Paracambi

Contratante



Sebastião Pereira Neto

FACIL PAPELARIA E ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA

Contratado

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____